

TRIBUNA LIVRE

LUDGERO LIBERATO



Violência contra a mulher entre jovens

A campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha”, fruto da cooperação entre o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Governo Federal, divulgou o resultado da pesquisa realizada entre os dias 8 e 13 de novembro pelo Instituto Avon em parceria com o Instituto Data Popular com jovens entre 16 e 24 anos nas cinco regiões do País.

Os números são alarmantes e evidenciam que o maior inimigo no combate à violência contra a mulher, o preconceito, não será atingido pelo aumento da repressão estatal ocorrido nos últimos anos.

Isso porque as mais rotineiras práticas de violência, quais sejam, a violência moral, psicológica e sexual, são tratadas por jovens e adolescentes como práticas que não configuram condutas proibidas no relacionamento com a parceira. A violência acaba sendo “aceita” como algo natural, caracterizando uma situação que é esperada dos indivíduos, principalmente no que diz respeito à violência psicológica.

Com efeito, apenas 4% dos homens entrevistados admitiram, espontaneamente, que praticaram violência contra a parceira. Já entre as mulheres, apenas 8% admitiram que sofreram violência do parceiro. Todavia, na pesquisa estimulada 55% dos homens

admitiram que já praticaram violência contra as parceiras e 66% das mulheres admitiram que sofreram violência dos parceiros.

A causa de tamanha discrepância entre as respostas (espontâneas e estimuladas) pode ser encontrada nas perguntas a que foram submetidos os entrevistados. Elas denotam, sem qualquer sombra de dúvidas, que nossos jovens ainda consideram como violência apenas as agressões físicas, que ainda é o tipo de violência mais visível, mais fácil de ser conceituada e mensurada, excluindo desse rol comportamentos que configuram violência moral e/ou psicológica.

Prova disso é que dentre as mulheres entrevistadas: 53% admitiram que já tiveram seus celulares vasculhados pelo parceiro para controle de mensagens/ligações; 51% admitiram que compartilham a senha do celular; 46% declararam que compartilham a chave de acesso ao Facebook; 34% forneceram as senhas de seus e-mails pessoais; uma em cada três admitiu que já foi impe-

dida de utilizar determinada roupa; 35% já foram xingadas pelos parceiros; 37% admitiram que já tiveram relações sexuais sem preservativos por insistência do parceiro e 28% admitiram que foram proibidas de saírem à noite para bares, cinemas e festas desacompanhadas dos parceiros.

Ainda segundo a pesquisa, fim do relacionamento é outro momento crítico. Com efeito, 51% das entrevistadas admitiram que receberam mensagens indesejadas, tiveram boatos espalhados, tiveram detalhes íntimos tornados públicos ou foram seguidas em casa/trabalho/escola sem qualquer tipo de aviso.

Diante desse cenário, não se pode depositar todas as esperanças da sociedade na estrutura punitiva do Estado, já que o Judiciário lida com aproximadamente cem milhões de processos e o efeito preventivo decorrente das condenações é altamente questionável. Além

disso, a estrutura processual, que exige a produção de provas com um mínimo de segurança para uma condenação, faz com que os processos sejam demorados. É necessário, portanto, ir além da criminalização.

Nesse sentido, deve se destacar que houve, nos últimos anos, grande avanço no tratamento dispensado à mulher vítima de violência de gênero, dentre os quais se destacam os diversos serviços que oferecem atendimento/acompanhamento às pessoas que sofreram e/ou sofrem violência, incluindo crianças e adolescentes, e suas famílias.

Todavia, é chegada a hora agir no processo de formação do caráter de nossos jovens e adolescentes para que aprendam, desde novos, a respeitarem a intimidade, a privacidade e as escolhas das futuras parceiras e para que compreendam que a violência psicológica e moral é também uma forma de violência.

Ludgero Liberato é mestre em Direito, advogado e professor universitário



Apenas 4% dos homens admitiram que praticaram violência contra a parceira